



ConBRepro

X CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



02 a 04
de dezembro 2020

Modelos de negócios de livros eletrônicos: novos desafios para as bibliotecas universitárias brasileiras

Pâmella Priscilla Negrão Braga

Escola de Engenharia - Universidade Federal Fluminense

Mirian Picinini Méxas

Escola de Engenharia – Universidade Federal Fluminense

Geisa Meirelles Drumond

Escola de Engenharia - Universidade Federal Fluminense

Resumo: As bibliotecas universitárias brasileiras têm sofrido influências tecnológicas ao longo da sua existência. As novas exigências de cunho social, governamental e epidemiológica obrigam uma mudança de postura por parte dos bibliotecários para a inserção dos livros eletrônicos nos seus acervos. Dessa forma, é de suma importância que esses profissionais conheçam melhor esse mercado e às necessidades envolvidas na sua aquisição. Considerando essas proposições, através do levantamento bibliográfico, este trabalho descreve os principais modelos de negócios de livros eletrônicos direcionados para as bibliotecas universitárias. Primeiramente são analisados alguns desses novos desafios que influenciam, direta ou indiretamente, essas mudanças, tais como as vantagens e desvantagens dos livros eletrônicos e os novos instrumentos de avaliação do MEC (Ministério da Educação). Logo após, trata da aquisição desses materiais e descreve os modelos de negócios disponíveis para as bibliotecas universitárias. Os modelos de negócios analisados incluem: o acesso ou aquisição perpétua, a assinatura, o empréstimo a curto prazo e a aquisição orientada pelo usuário. Conclui-se que, além dos modelos de negócios existentes, o bibliotecário deve atentar-se também para outros aspectos que envolvem o livro eletrônico, tais como: detalhes técnicos, modos de acesso e uso, plataformas, entre outros.

Palavras-chave: Livros eletrônicos, Bibliotecas Universitárias, Modelos de negócios.

E-books business models: new challenges for Brazilian university libraries

Abstract: Brazilian university libraries have suffered technological influences throughout their existence. The new requirements of a social, governmental and epidemiological nature require a change of attitude on the part of librarians for the insertion of electronic books in their collections. Thus, it is of utmost importance that these professionals know better this market and the needs involved in its acquisition. Considering these propositions, through the bibliographic survey, this work describes the main business models of electronic books directed to university libraries. First, some of these new challenges that influence, directly or indirectly, these changes are analyzed, such as the advantages and disadvantages of electronic books and the new assessment instruments of the Ministry of Education (MEC). Soon after, it deals with the acquisition of these

materials and describes the business models available to university libraries. The business models analyzed include: access or perpetual acquisition, subscription, short-term loan and user-oriented acquisition. It is concluded that in addition to the existing business models, the librarian must also pay attention to other aspects involving the electronic book, such as: technical details, modes of access and use, platforms, among others.

Keywords: E-books, University Libraries, Business Models.

1. Introdução

Devido aos avanços tecnológicos e científicos e com a rápida difusão da informação, surgiu uma grande discussão sobre o futuro do livro e das bibliotecas. Nesse contexto, o uso do livro eletrônico para fins didáticos e recreativos já é uma realidade tanto nas bibliotecas quanto para o público em geral.

Em relação às bibliotecas universitárias, as exigências do Ministério da Educação (MEC) quanto às avaliações dos cursos de graduação e à inclusão de novas tecnologias no seu acervo, em especial os livros eletrônicos, têm norteado as suas ações ao longo do tempo.

A introdução dessas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nessas bibliotecas força a mudança de postura dos bibliotecários e das bibliotecas tanto na forma como o bibliotecário realizará a gestão e aquisição desses materiais quanto estudar a demanda dos seus usuários. Polanka (2011) afirma que esses apresentaram novos e únicos desafios e oportunidades em termos de opções de desenvolvimento de coleção, aquisição e processos de catalogação e acesso.

Um desses desafios é a forma de comercialização para as bibliotecas universitárias. Além da forma de aquisição consistir em diferenças entre livros eletrônicos e livro impresso, a comercialização desse material entre fornecedores e pessoas jurídicas (bibliotecas) apresentam particularidades distintas da comercialização para pessoa física (COSTA, 2015).

Além do mais, outro cenário recente, mais precisamente no ano de 2020, é pandemia a nível global causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) que tem imposto novas discussões e mudanças, inclusive sobre a adoção de livros eletrônicos nas bibliotecas acadêmicas. Essa pandemia obrigou os Estados a adotarem políticas de ordem de saúde pública como o isolamento social. E com o fechamento das universidades e consequente adoção de atividades acadêmicas online durante a pandemia autorizadas pela Portaria MEC nº 343/2020 (BRASIL, 2020a), as bibliotecas têm observado a mudança de paradigma: os livros eletrônicos deixaram de se tornar opção para tornarem-se necessidade.

Os modelos de negócios e fornecedores são complexos e impõem limitações na oferta desse material para as bibliotecas universitárias. No entanto, com a crescente demanda por livros eletrônicos, consequentemente haverá aumento de fornecedores envolvidos na sua comercialização, gerando uma diversidade nos modelos de negócios, plataformas, entre outros (SERRA, 2014).

Considerando-se a dinâmica desse mercado de negócio, as exigências dos instrumentos de avaliação do governo e as necessidades da comunidade acadêmica de instituições de ensino superior em adquirir livros eletrônicos para compor o acervo de suas bibliotecas e, como decorrência, instituir os procedimentos necessários para a sua aquisição, este estudo tem como objetivo analisar o processo de aquisição de coleções de livros eletrônicos em bibliotecas acadêmicas com ênfase nos modelos de negócio existentes.

2. Abordagem metodológica

Este estudo foi conduzido a partir de um levantamento bibliográfico (livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos de eventos) com a finalidade de obter elementos teóricos e práticos para o desenvolvimento das análises e discussões, visando atender ao objetivo deste estudo. O recorte temporal abrange os anos de 2010 a 2018 devido à atualidade do tema, porém períodos anteriores também foram pesquisados com menor exaustividade.

3. Aspectos envolvidos na aquisição de livros eletrônicos

Com base na revisão de literatura, buscou-se compreender os aspectos envolvidos no processo de aquisição de livros eletrônicos no acervo das bibliotecas universitárias, tais como: as vantagens e desvantagens do livro eletrônico e os novos instrumentos de avaliação do MEC.

3.1 As vantagens e desvantagens do livro eletrônico

Dada a realidade imposta às bibliotecas universitárias, a inclusão de livros eletrônicos no seu acervo não pode ser mais ignorada pelas instituições de ensino. Dentro desse contexto, os acervos tendem a ser compostos cada vez mais por livros eletrônicos, embora os livros impressos continuem a ocupar uma parcela considerável do acervo das bibliotecas universitárias. Conforme a literatura, os livros eletrônicos apresentam vantagens e desvantagens quanto à aquisição.

No que concerne às vantagens, destacam-se: a tecnologia devido à atração exercida pelos jovens (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016; REIS; ROZADOS, 2016); os *hiperlinks* que possibilitam maior interação e intervenção do usuário (SERRA, 2014; CHARTIER, 1998); a difusão geográfica que permite o acesso remoto em qualquer lugar do mundo (BELO, 2002; SILVA; PARREIRA; CASTRO FILHO, 2013); capacidade de armazenamento de diversos materiais em um único suporte eletrônico (PROCÓPIO, 2010; FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016); democratização da leitura (PROCÓPIO, 2010); leitura em qualquer dispositivo eletrônico (REIS; ROZADOS 2016; PROCÓPIO, 2010; WALTERS, 2013); uso de hipertextos, como sublinhar trechos e adicionar notas (DZIEKANIAK; MORAES; MEDEIROS; RAMOS, 2010; PROCÓPIO, 2010).

Já em relação às desvantagens: não há uma lei específica ou políticas de suporte digital no Brasil (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016; DZIEKANIAK; MORAES; MEDEIROS; RAMOS, 2010); preocupação das editoras com a pirataria (MORRIS; SIBERT, 2011; SERRA, 2014; PROCÓPIO, 2010); dependendo do modelo de negócio imposto pelas fornecedoras, as Bibliotecas têm sofrido dificuldades para a seleção e aquisição de livros eletrônicos e as licenças de uso são ofertadas às bibliotecas de forma restrita limitando a usabilidade (WALTERS, 2013); alguns fornecedores limitam a quantidade de *downloads* e impressões (POLANKA, 2012) e apresentam falta de transparência nos modelos ofertados (WALTERS, 2013); desconforto para leitura durante muito tempo de uso (DZIEKANIAK; MORAES; MEDEIROS; RAMOS, 2010).

Percebem-se, através da análise apresentada, razões de ordem tecnológica, legal, econômica, ambiental, social, pessoal e de gestão, que favorecem ou não a aquisição de livros eletrônicos. Esses aspectos precisam ser ponderados pela gestão das bibliotecas no estabelecimento dos critérios para aquisição.

3.2 Novos instrumentos de avaliação do MEC: desafios para as bibliotecas universitárias

Ao longo dos séculos XX e XXI, as bibliotecas universitárias brasileiras vêm se adaptando as mudanças externas relacionadas às inovações tecnológicas e aos órgãos reguladores do Estado e as mudanças internas com problemas de capacitação de pessoal, restrições

orçamentárias, diminuição do espaço físico e as demandas das Instituições de Ensino Superior (IES) em que estão inseridas.

Dentre as implicações que afetam diretamente às Bibliotecas Universitárias (BU) são as normas e diretrizes definidas pelos órgãos de controle específicos designados pelo Ministério da Educação (MEC). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável pelo sistema de avaliação institucional e dos cursos de graduação do Brasil. A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que se divide em Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição e orientada pelas diretrizes da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) - e Avaliação externa que é realizada pelas comissões designadas pelo Inep (BRASIL, 2015a).

Além da avaliação institucional, existe a avaliação dos cursos de graduação. O Inep desenvolve instrumentos norteadores para a avaliação dos cursos de graduação que são o Exame Nacional do Ensino Médio (Enade) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões especialistas. O Enade avalia os alunos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados através de uma prova. A avaliação *in loco* é realizada por uma comissão de avaliadores designados pelo Inep que avalia as condições de ensino (instalações físicas, corpo docente e organização didático-pedagógica) e abrangem três etapas: autorização (para iniciar suas atividades), reconhecimento (a partir da segunda metade do curso, possibilita à IES emitir diplomas aos graduados) e para renovação de conhecimento (realizado a cada três anos, necessário para a continuidade da oferta do curso) (BRASIL, 2017b).

Essas avaliações do MEC são baseadas em dois princípios regulamentadores: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Secretaria de Educação Superior (Sesu). A LDB é regida pela Lei nº 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e tem no seu inciso IX do art. 9º a função da União de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (BRASIL, 1996). A Sesu tem como principal função “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior” (BRASIL, 2020b).

No entanto, esses instrumentos de avaliação das IES têm sofrido com alterações ao longo dos anos, consideradas imprescindíveis pelo Inep e baseadas principalmente nas legislações pertinentes, nos estudos estatísticos e na análise das demandas da sociedade civil e da comunidade acadêmica (BRASIL, 2017b). Essas alterações têm afetado diretamente às BU que necessitam de um novo posicionamento frente a essas mudanças.

Cunha e Diógenes (2016) já apontavam que tais mudanças decorrentes da LDB que afetam às BU estão relacionadas à expansão dos cursos de graduação; ao ensino a distância, além da inclusão das tecnologias que exigem recursos financeiros e humanos. A seguir essas mudanças serão retratadas através de leis, decretos, resoluções e portarias:

a) Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), no seu inciso VII, art. 3º estabelece que a infraestrutura física, especialmente de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação são critérios de avaliação das IES (BRASIL, 2004);

b) Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e republicada em 29/12/2010, que institui o e-MEC, dispõe no § 2ª do art. 32 que a instituição mantenha uma página eletrônica da biblioteca onde contenham informações sobre o acervo de livros e

periódicos da biblioteca relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização (BRASIL, 2010a);

c) Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008, que aprova o instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) atribui indicadores e pesos no item 7 para infraestrutura física da biblioteca (acervo, serviços e espaço físico) tanto para cursos presenciais quanto para polos para educação a distância, sendo para **esse indicador exclusivo para a IES credenciada para modalidade a distância – EAD** (BRASIL, 2008, grifo nosso);

d) Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino, apresenta no inciso XI, art. 5º, que haja uma integração efetiva da biblioteca na vida acadêmica da instituição, atendendo as exigências dos cursos em funcionamento, com planos de atualização (BRASIL, 2010b);

e) Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, estabelece no inciso IX do art. 21 que o PDI da IES deverá conter, em relação à biblioteca, informações sobre o **acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos**, incluindo livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos (BRASIL, 2017a, grifo nosso).

A oferta dos cursos de graduação na modalidade a distância (EAD) aumentou consideravelmente nos últimos anos. Com isso, o MEC elaborou novas diretrizes para estabelecer a qualidade de ensino dos cursos ofertados pelas IES. Os instrumentos aplicados para as avaliações dos cursos de graduação EAD são os mesmos para os cursos na modalidade presencial, tanto que nos indicadores 3.6 e 3.7 possibilitam que o acervo bibliográfico pode ser físico, virtual ou ambos (virtual e físico). No entanto, no caso dos títulos virtuais, para o IES atingir o conceito a partir de 3, deve garantir o “acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem” (BRASIL, 2017b).

Conforme relatado anteriormente, os instrumentos de avaliação estão em constante mudança. Nos instrumentos anteriores a 2017, a avaliação dos indicadores relativos à bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos científicos eram meramente quantitativos. No caso da bibliografia básica, a conceituação baseava-se na quantidade de três títulos por disciplina e a proporção média de exemplares por vagas anuais dos cursos ofertados. Na bibliografia complementar e nos periódicos, os critérios de análise aplicavam um quantitativo mínimo e máximo atribuídos para cada conceito. Além disso, para cursos que possuíam acervo virtual, na bibliografia básica era obrigatória a existência de exemplares físicos considerando a proporção de alunos por exemplar para alcançar o conceito desejado (BRASIL, 2015b). Esse critério dificultava a utilização de acervos virtuais pelo fato que em alguns casos as obras virtuais não estão disponíveis na versão impressa.

Na versão atual dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, que data o ano de 2017, os critérios de avaliação dos indicadores das bibliografias básicas e complementares (com a inserção dos periódicos especializados nesses indicadores) são quali-quantitativos. A composição da listagem das bibliografias básicas, complementares e periódicos condizentes com as unidades curriculares dos seus cursos, além da comprovação, através de um relatório de adequação, que a quantidade de exemplares

(ou assinatura de acesso) é compatível com o número de vagas ofertadas, são responsabilidades do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos superiores do IES (BRASIL, 2017b). Esses critérios de avaliação dos indicadores da bibliografia básica e complementar apresentam ainda a mesma redação tanto no instrumento de avaliação para autorização quanto para reconhecimento e renovação de conhecimento (BRASIL, 2017c) e serão transcritos a seguir adotando o critério de análise do conceito 5 (cinco):

Indicador 3.6 – Bibliografia básica por Unidade Curricular

O acervo **físico** está **tombado** e **informatizado**, o **virtual possui** contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e **ambos** estão **registrados** em nome da IES.

O acervo da **bibliografia básica** é **adequado** em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está **atualizado**, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está **referendado** por relatório de adequação, **assinado pelo NDE**[...].

Nos casos dos títulos **virtuais**, há **garantia** de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

[...]

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Indicador 3.7 – Bibliografia complementar por Unidade Curricular

O acervo **físico** está **tombado** e **informatizado**, o **virtual possui** contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e **ambos** estão **registrados** em nome da IES.

O acervo da **bibliografia complementar** é **adequado** em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está **atualizado**, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está **referendado** por relatório de adequação, **assinado pelo NDE**[...].

Nos casos dos títulos **virtuais**, há **garantia** de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

[...]

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço (BRASIL, 2017b, grifo do autor).

Apesar do sistema de avaliação ter se tornado mais objetivo ao adotar critérios de avaliação que respeitam a individualidade da instituição de ensino, a biblioteca universitária ainda é analisada apenas como infraestrutura física e acervo bibliográfico. No entanto, a biblioteca é muito mais que um espaço físico com um amontoado de livros. A proposta seria que os próximos instrumentos adotassem uma abordagem mais singular para a biblioteca, considerando os quesitos ensino, pesquisa e extensão. Com isso, a biblioteca universitária poderia alcançar um *status* acadêmico-pedagógico e valorizar o seu espaço dentro e fora da IES.

4. Aquisição de livros eletrônicos em Bibliotecas Universitárias

A inclusão de livros eletrônicos nos acervos das bibliotecas tem causado mudanças nos produtos e serviços prestados pelos bibliotecários. As transformações vão desde o desenvolvimento de coleções ao processo de aquisição e modelos de negócios de livros eletrônicos.

Conforme Serra e Santarém Segundo (2018), as mudanças no processo de aquisição definem novas relações fornecedor-biblioteca, onde a biblioteca contrata a prestação de serviços de fornecedores que disponibilizam o acesso aos títulos, conforme o que está

definido no modelo de negócio. Nesse caso, a forma de aquisição de livros eletrônicos é a partir de licenciamento de uso através de fornecedores que disponibilizam plataformas para acesso a esses materiais.

Há diversos tipos de fornecedores ou vendedores de livros eletrônicos para as bibliotecas: editores, agregadores, distribuidores, além de atacadista, imprensa universitária e serviço de empréstimo de *e-book*, sendo que os editores, agregadores e distribuidores são os principais fornecedores para a biblioteca universitária (POLANKA, 2011).

A forma de contratação dos livros eletrônicos é regida pela Lei nº 9.609, de 1998, que em seu art. 9º cita que “o uso de programa de computador no País será objeto de contrato de licença”. Aborda ainda no seu art. 2º que “o regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei” (BRASIL, 1998).

Por conta disso, a disponibilização de livros eletrônicos nos acervos das bibliotecas universitárias apresenta desafios tanto para os bibliotecários, quanto para os profissionais responsáveis, como os setores de compra, de patrimônio e centros de custos da Instituição de Ensino. Porém, apesar da contratação desses novos tipos de materiais serem diferentes dos usuais pela IES (livro impresso, mobiliário, entre outros), Albitz e Brennan (2012) apontam que o licenciamento de livros digitais não é tão diferente quanto à contratação de outros recursos eletrônicos (periódicos eletrônicos) com os quais as bibliotecas já trabalham há mais de vinte anos.

Para a contratação de livros eletrônicos, Schell (2011, tradução nossa) propõe algumas considerações que as bibliotecas devem fazer antes de contratá-los: se há pessoa capacitada na equipe para negociar o licenciamento com o fornecedor; que tipos de usuários terão acesso ao conteúdo licenciado; se o fornecedor garante o acesso *online*, suporte e preservação digital dos livros eletrônicos; se é permitido o empréstimo entre bibliotecas; se é possível imprimir ou realizar o *download* do conteúdo licenciado.

5. Modelos de negócios ou aquisição

Antes de adquirir os modelos de negócios, o bibliotecário deve avaliar o tipo de compra mais adequado às necessidades informacionais do usuário e da instituição que está inserida (POLANKA, 2012). Por conta disso, no mesmo período, a *American Library Association* (ALA) publicou o relatório “*E-book business models for public libraries*” com vista a auxiliar os bibliotecários nesse novo cenário de livros eletrônicos.

O relatório da *American Library Association* (ALA, 2012, p. 2, tradução nossa) recomenda três atributos básicos relacionados aos modelos de negócios: inclusão de todos os títulos: todos os títulos de livros eletrônicos disponíveis para venda ao público também devem estar disponíveis para bibliotecas; direitos duradouros: direito das bibliotecas possuírem efetivamente os livros eletrônicos que adquirem, transferi-los para outra plataforma e de continuar a emprestá-los indefinidamente; integração: as bibliotecas precisam acessar os metadados e as ferramentas de gerenciamento para descobrir novos *e-books*.

Como requer um acompanhamento constante de várias políticas e práticas de negócios que são atualizados constantemente, Roncevic (2013b) relata que a infinidade de preços disponíveis nos modelos de negócios é uma das questões mais complicadas enfrentadas pelos bibliotecários. Em relação a isso, Roncevic (2013b) propõe também que o bibliotecário se atente a alguns pontos relacionados ao modelo de negócios oferecido pelo fornecedor, tais como: se é plataforma de assinatura ou um modelo de negócio de compra própria; se existem taxas de acesso anuais associadas ao uso da plataforma no caso de aquisição perpétua; frequência de faturamento; custo da versão eletrônica em relação à versão impressa; modalidade de uso (único, múltiplo ou ilimitado).

Roncevic (2013b) aponta ainda alguns benefícios adquiridos através do consórcio de bibliotecas: aquisição de mais títulos por um custo mais baixo, menos desperdício de tempo em acordos de licenciamento; empréstimos de um título para várias bibliotecas do sistema. No entanto, como os editores não se beneficiam com esse tipo de contrato, os agregadores muitas vezes são pressionados a limitar a quantidade de consórcios.

A seguir, seguem alguns fatores de modelos de negócios proposto por Roncevic (2013b) a serem considerados pelos bibliotecários ao escolher plataformas de livros eletrônicos: modelo de usuário por livro; opção de compra própria ou assinatura; empréstimos de curto prazo; taxa perpétua do arquivo; empréstimo entre bibliotecas; intervalos de faturamento (mensal, trimestral, anual); possibilidade do uso do conteúdo através de dispositivos de projeção em sala de aula (por exemplo, quadros interativos); taxa de manutenção anual; duração dos testes gratuitos; opção de pagamento por visualização; compra consorciada.

Assim como no mercado editorial impresso, no mercado digital existem diversos modelos de negócios entre empresas que comercializam livros eletrônicos com as bibliotecas. Serra (2014) relata que o mercado apresenta possibilidades de aquisição de conteúdos digitais para bibliotecas, porém observa-se que não existe uma regra para a comercialização. Porém, destacam-se quatro modelos de negócios adotados no mercado brasileiro: acesso ou aquisição perpétua; assinatura; aquisição orientada pelo usuário ou PDA (*Patron Driven Aquisition*); empréstimo a curto prazo ou *pay-per-view* (pagar para ver).

5.1 Acesso ou Aquisição perpétua

No caso do acesso ou aquisição perpétua, o livro eletrônico passa a ser propriedade da biblioteca mediante pagamento de taxa anual, além do custo da obra, para manutenção da plataforma. O acesso é feito através da plataforma do fornecedor, porém, caso a biblioteca decida interromper o uso da plataforma, o fornecedor é obrigado a fornecer uma cópia do conteúdo em outro formato digital, como um CD-ROM (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016). O modelo de aquisição perpétua é a mais utilizada pelas bibliotecas, pois se aproxima com o modelo de aquisição do livro impresso e geralmente custam muito menos do que os *e-books* que são adquiridos individualmente (WALTERS, 2013).

Porém, as dificuldades encontradas são a baixa oferta de títulos e a biblioteca não tem autonomia para escolha de títulos por serem pacotes fechados, havendo a incapacidade de controlar quais títulos são incluídos no pacote inicial ou adicionados e excluídos pelo fornecedor ao longo do tempo e impossibilidade de controle estatístico de uso pelo bibliotecário (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016; SERRA, 2014).

5.2 Assinatura

Esse modelo de negócios apresenta coleções organizadas por assunto, onde a biblioteca pode adquirir o acesso a cada uma delas em específico (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016). A bibliografia das coleções é pré-estabelecida pelo fornecedor, porém, depois de um determinado período de tempo outros títulos podem ser adicionados ou trocados, dependendo do tipo contratual, sendo renovada a assinatura anualmente (POLANKA, 2011). Um grande problema nesse tipo de modelo é que com a falta de pagamento significa o cancelamento do acesso (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016).

5.3 Aquisição orientada pelo usuário (PDA)

A aquisição orientada pelo usuário ou *Patron Driven Aquisition* (PDA) relaciona-se aos livros eletrônicos que são mais requisitados na unidade de informação, através da disponibilização do catálogo dos *e-books* para os usuários (FENERICK; SILVA; DAMIAN, 2016).

A PDA é um dos modelos mais discutidos pelos pesquisadores sobre a aquisição de livros eletrônicos em bibliotecas universitárias. Oferecido por editores e agregadores, Roncevic (2013b) sinaliza que as compras desses tipos de materiais garante apenas que o conteúdo utilizado seja adquirido, ou seja, a sua compra é acionada na medida que o cliente utiliza o livro. Essa modalidade causa alguns problemas no controle da aquisição, uma vez que permite que os usuários selecionem *e-books* para a coleção da biblioteca sem mediação ou supervisão da equipe (WALTERS, 2013).

5.4 Empréstimo a curto prazo

O empréstimo a curto prazo ou *pay-per-view* é um tipo de empréstimo em que tem acesso a todos os títulos do fornecedor (diferente da assinatura). Caso o usuário localize uma obra do seu interesse, ele pode solicitar o “aluguel” da publicação, sendo que apenas o usuário terá acesso temporário ao título alugado, que será expirado após o prazo de locação (SERRA, 2014).

Semelhante ao modelo “Aquisição orientada pelo usuário”, o empréstimo a curto prazo pode ser uma boa opção para as bibliotecas que desejam ter acesso ao conteúdo, mas não podem comprar. Nesse modelo, a demanda de clientes é que orienta o gasto no orçamento da biblioteca. Apesar de redundante, a diferença é que no empréstimo a curto prazo o livro é emprestado e na aquisição orientada pelo usuário é adquirido. No caso das bibliotecas universitárias, a aquisição desse tipo de modelo, assim como da Aquisição orientada pelo usuário, ficariam praticamente inviáveis, visto que é necessária a previsão orçamentária anual para a contratação e aquisição de bens e serviços na Administração Pública.

6. Conclusão

Com base na literatura apresentada, observa-se que apesar das terminologias serem semelhantes, a aquisição de livros eletrônicos difere dos livros impressos tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas (instituições de ensino, por exemplo).

Para o usuário que adquire o livro eletrônico em livrarias virtuais, há somente a modalidade de acesso perpétuo, ou seja, obtém a licença de uso para a leitura daquele material. No caso das instituições de ensino, dos principais modelos de negócios direcionados às bibliotecas acadêmicas, somente um é voltado para a aquisição (acesso ou aquisição perpétua), enquanto os outros são voltados para a provisão de acesso, ou seja, assinatura do livro eletrônico.

Observa-se ainda que ao longo da história as bibliotecas universitárias sofrem influências dos fatores internos (questões referentes às IES que está inserida) e externos (inovações tecnológicas, órgãos reguladores do Estado, entre outros). Dentre as inovações tecnológicas, destacam-se o surgimento do livro eletrônico. Agora mais do que nunca devido às transformações que a sociedade tem sofrido em todas as esferas por conta de uma pandemia viral (Coronavírus-19), os livros eletrônicos tornaram-se um instrumento fundamental nas instituições de ensino que adotaram as atividades acadêmicas remotas como forma de suprir as aulas presenciais. No entanto, a aquisição dos livros eletrônicos para as bibliotecas universitárias possui as suas particularidades. Não é apenas o modelo de negócios que deve ser levado em consideração, já que esse tipo de material apresenta uma infinidade de detalhes técnicos (hardware, software, entre outros), tipo de acesso (individual ou múltiplo por usuários), limitação no número de acessos ou não, entre outros.

Assim, esse estudo visa auxiliar aos profissionais bibliotecários desse tipo de biblioteca a avaliar quais são os modelos de negócios mais apropriados a atender às necessidades da comunidade acadêmica. Espera-se ainda que os temas apontados sejam explorados e investigados mais profundamente em futuras pesquisas resultando assim em novos estudos.

Referências

ALBITZ, B.; BRENNAN, D. Licensing of e-books. In: KAPLAN, R. (Ed). **Building and managing e-book collection**. Chicago: Neal-Schuman, 2012. p. 75-84. (How-to-do-it manuals).

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (Estados Unidos). **E-book business model for public libraries**. 2012. Disponível em: http://americanlibrariesmagazine.org/sites/default/files/EbookBusinessModelsPublicLibs_ALA.pdf. Acesso em: 20 out. 2019

BELO, A. Do livro digital ao livro impresso. In: **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008**. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações [...] e outras disposições. Republicada em 29 de dezembro de 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010a]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download//superior/2011/portaria_normativa_n40_12_dezembro_2007.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 2007**. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de universidades do Sistema Federal de Ensino. Republicada em 29 de dezembro de 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010b]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download//superior/2011/portaria_normativa_n40_12_dezembro_2007.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação Institucional**. Brasília, DF: Inep, 2015a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-institucional>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e à distância.** Brasília, DF: Inep, 2015b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, [2017a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e à distância: autorização.** Brasília, DF: Inep, 2017b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e à distância: reconhecimento, renovação de conhecimento.** Brasília, DF: Inep, 2017c. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior:** apresentação. Brasília, DF: Sesu, 2020b. <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, R. P. **Modelos de comercialização de livros eletrônicos para bibliotecas do Distrito Federal.** 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19212?locale=fr>. Acesso em: 10 out. 2019.

CUNHA, M. B. da; DIÓGENES, F. C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s.l.], v. 21, n. 47, p.100-123, 12 set. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n47p100>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>. Acesso em: 18 out. 2019.

DZIEKANIAK, C. V; MORAES, R. P. T. de; MEDEIROS, J. da S.; RAMOS, C. R. Considerações sobre o e-book: do hipertexto à preservação digital. **Biblios:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Brasil, v. 24. n. 2, p. 83-99, jul./dez. 2010.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1899/1035>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FENERICK, G. M. P.; SILVA, M. R.; DAMIAN, I. P. M. Presença de e-books nos acervos de bibliotecas universitárias. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.185-206, 14 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n3p185>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MORRIS, C.; SIBERT, L. Acquiring e-books. In: POLANKA, S. (ed.). **No shelf required [recurso eletrônico]**: e-books in libraries. Chicago: American Library Association, 2011. Cap. 6. *Ebook*

POLANKA, S. **No shelf required 2**: use and management of electronic books. United States of America: American Library Association, 2012. *E-book*.

POLANKA, S. **No shelf required** e-books in libraries. United States of America: American Library Association, 2011. *E-book*.

PROCÓPIO, E. **O livro na era digital**: o mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

REIS, J. M. dos; ROZADOS, H. B. F. O livro digital: histórico, definições, vantagens e desvantagens. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais [...]**. Manaus, Am: Ufam, 2016. p. 15 - 21. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151235>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RONCEVIC, M. Criteria for purchase. **Library Technology Reports**, v. 49, n. 3, p. 10-14, Apr. 2013b. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/4305/4953>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SHELL, L. The academic library e-book. In: POLANKA, S. (Ed.). **No shelf required**: ebooks in libraries. Chicago: American Library Association, 2011. *Ebook*.

SERRA, L. G. Política para a gestão de livros digitais: a formação do bibliotecário e dos usuários. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 8, n. 1/2, 2014. DOI <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.12.p239>. e-ISSN 1981-1640. Acesso em: 28 ago. 2020.

SERRA, L. G.; SANTAREM SEGUNDO, J. E. A Teoria da Primeira Venda e os livros digitais. **Perspect. Ciênc. Inf.**, v.23, n.1, jan./mar. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2698>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, M. R. da; PARREIRA, D. E.; CASTRO FILHO, C. M. de. Incorporação de tecnologias digitais e dispositivos móveis em bibliotecas. In: ENCONTRO IBÉRICO (EDICIC), 6., 2013, Manaus. **Anais [...]**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002460775>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WALTERS, W. H. E-books in Academic Libraries: Challenges for Acquisition and Collection Management. **Portal: Libraries and the Academy**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.187-211, 2013. Project Muse. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/pla.2013.0012>. Acesso em: 15 ago. 2020.